



APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2026.222.ap>

Dr. Inácio Helfer (Editor-Chefe) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

helfer@unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0001-6809-9009>

Doutorando Gabriel Schessof (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

g.schessof@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7039-2482>

Doutoranda Denise Narli da Silveira (Editora-Adjunta) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

denisegrafias@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-1585-7700>

Doutorando Matheus Henrique dos Santos (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

m.henriquest@outlook.com

<https://orcid.org/0009-0004-0776-8888>

Doutorando Vinicius Schoenel dos Santos (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

viniciusschoenell@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-8931-2333>

É com grande satisfação que apresentamos o segundo número do vigésimo segundo volume da Revista Controvérsia. Na presente publicação, oferecemos aos leitores e leitoras um conjunto de doze artigos originais e inéditos.

Iniciamos essa edição com o artigo “A neurociência molecular e celular sem reducionismo: Limites da explicação mecanicista”, de autoria de Camila von Holdefer Kehl, doutoranda em Filosofia e mestranda em Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nele se investiga as condições de desenvolvimento de uma filosofia da neurociência que, ao engajar-se com a pesquisa sobre níveis moleculares e celulares, não incorra em reducionismos ontológicos ou metodológicos. A autora argumenta que o conceito de mecanismo na literatura pode ser útil para compreender dinâmicas observadas na neurociência, embora seja insuficiente quando analisada a codependência entre níveis molecular e celular, incorrendo assim em uma gramática causal redutiva. A conclusão da autora resgata a distinção entre causação transiente e causação imanente de Dorothy Emmet, observando que o trato desses problemas pode ser compreendido como dimensões internas de continuidade causal e não como fundamentos hierárquicos do mental, evitando assim os impasses da concepção de causalidade advinda do mecanicismo.

Em seguida, somos apresentados ao artigo “A importância da autoridade e responsabilidade na formação e no exercício da docência à luz do pensamento Arendtiano”, de Claudeni Marques Santos, doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A autora busca explorar a importância da autoridade e da responsabilidade no exercício da docência a partir de uma leitura de Hannah Arendt, tendo em vista sua distinção com elementos como os do poder e do autoritarismo. Para ela, a autoridade acabou sendo suprimida a partir de métodos pragmatistas e psicológicas, contribuindo para que desta se descola-se também o sentido da responsabilidade. O argumento passa por compreender a expressão fundamentalmente política do magistério, na medida em que condensa a prática da formação das novas gerações frente aos conhecimentos assumidos como válidos, implicando a autoridade e a responsabilidade de forma elementar.

O terceiro texto, intitulado “Como a *pólis* substitui o *kósmos*: *homonoia*, liberdade e igualdade em Antifonte”, de David dos Santos Fraga, doutor em Filosofia pela Universidade do vale do Rio dos Sinos (2026), procura explicar nos fragmentos *Sobre o Consenso* e *Sobre a Verdade* de Antifonte, a passagem do físico ao político no pensamento helenístico.

No quarto artigo, “Razões pictóricas e compromissos conceituais: a reinterpretação da experiência estética pelo inferencialismo de Robert Brandom”, Doralice de Lima Barreto, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) apresenta uma investigação sobre as condições de compreensão da experiência estética a partir do inferencialismo de Robert Brandom. De acordo com sua leitura, o significado, mais do que fundado na representação, está ligado às práticas de compromissos e autorizações conceituais, o que possibilita pensar a estética, ou seja, a arte, como algo que participa do espaço de razões, suscitando compromissos normativos e inferências, como forma de constituir uma racionalidade pictórica. A partir da análise da pintura “Criança Morta” (1944), de Cândido Portinari, a autora sustenta então, pela arte, não só a participação de razões já correntes nas práticas sociais, mas defende uma significação estética criadora e transformadora dos sistemas simbólicos, ampliando o jogo de razões e a abrangência da racionalidade.

Em “Reflexões acerca da Filosofia da Tecnologia, da Autonomia Humana e da Auto-organização no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação”, Gabriel Fefin, mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-FFC), analisa o impacto das tecnologias de informação e comunicação na autonomia e auto-organização humanas. Sua argumentação parte de uma preocupação em compreender os limites e potencialidades das tecnologias e sua problemática frente as dinâmicas contemporâneas de vigilância, controle e perda da privacidade. A partir de pensadores importantes da filosofia da tecnologia, é possível pensar criticamente a autonomia humana como instância permeada por novos conjuntos de técnicas e, com base no conceito de cosmotécnica de Yuk Hui, pensar a tecnodiversidade como algo integral nas dinâmicas relacionais intrínsecas à técnica e à cultura. A conclusão vai de encontro a uma crítica de sistemas tecnológicos hegemônicos e homogêneos, utilizados de modo a cercear a autonomia humana, buscando em contraponto, um horizonte no qual a tecnologia sirva a um bem-estar social e ecológico.

O sexto artigo intitula-se “Formalismo e contextualismo estéticos e além: o caso de *The Railway Station* (1862), de William Frith” e foi escrito em coautoria de Henrique Mata de Vasconcelos, doutor em Teologia Sistemática (2025) pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Victor Aparecido Lopes, bacharel em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pedro Nunes Ferreira Alves, mestrando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Neste trabalho, os

autores procuram discutir a definição da obra de arte a partir da análise do quadro *The Railway Station*. Com base em uma literatura selecionada, voltada para teorias da estética (Clive Bell, Arthur Danto e Mário Pedrosa), buscam na obra em questão as relações entre forma, contexto e significado, bem como a definição mais abrangente da obra de arte em si. Através de pesquisa bibliográfica e análise comparativa, mostram que cada pensador permite situar a obra de arte sob um conjunto de características específicas: Bell dá ênfase à significação, em detrimento da narrativa; Danto indica aspectos do pertencimento a um mundo próprio da arte, a interpretação e materialização do mundo interno do artista; e Pedrosa integra forma, historicidade, subjetividade e a universalidade da experiência artística.

Em seguida, no artigo “Ética da Responsabilidade”, escrito em coautoria por Lucas Lopes Bonacorso, graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Noeli Dutra Rossatto, prof. titular do Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vemos um exame do conceito de responsabilidade em Paul Ricoeur e Hans Jonas. Os autores destacam três aspectos principais desse conceito, sendo o primeiro a dissociação entre imputação e responsabilidade, o segundo a distinção entre a responsabilização por atos já realizados e a responsabilidade prospectiva. O terceiro e último aparece como proposta de ampliação dessa ética em seu caráter prospectivo: comprometimento com os sujeitos que virão a existir, perspectiva de vida boa voltada a preservar o ambiente, e a virtude da prudência como ampliação do alcance de nossas ações no futuro.

No oitavo trabalho, “*Amor fati* e “*Eu sou*”: Convergências éticas entre Nietzsche e Jesus Cristo”, Marcos Vinícios Chiaretti Guedes, mestre em Filosofia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), investiga a possibilidade de uma analogia hermenêutica entre o conceito de *amor fati* nietzscheano e fórmulas similares no Evangelho de João. Para ele, essa analogia articula características importantes como a afirmação da existência e a recusa do ressentimento diante do sofrimento. É a partir dessa convergência, que os conceitos de vontade de poder, niilismo e eterno retorno permitem uma convergência frutífera com as fórmulas joaninas do “*Eu sou*”. Para preservar o rigor dessa aproximação, o autor ainda apresenta uma distinção da crítica de Nietzsche ao cristianismo como uma crítica direcionada à sua institucionalidade e formulação paulina da moral sacerdotal, contrapondo-o ao Evangelho de João. Embora afirme com cuidado as limitações dessa analogia, ressalta a importância de uma reflexão filosófica presente em ambas as formas conceituais, voltada principalmente para a afirmação da existência e o enfrentamento do sofrimento.

No artigo, “O problema epistemológico do Intuicionismo Ético a partir do fundacionismo”, Matheus Benites, doutorando em Filosofia pela PUC-Rio, pensa o fundacionismo epistêmico como elemento integral do intuicionismo ético, isso quer dizer, a necessidade de fatos morais autoevidentes

presentes na decisão de uma ação. Contrapõe então o Naturalismo ético como justificção sistêmica que depende de ou um fundacionismo *a posteriori* ou de um coerentismo, fazendo com que assim não se abdique da objetividade dos fatos morais. Conclui-se que o Intuicionismo tem menor capacidade para resistir às críticas céticas da racionalidade científica, ao passo que o Naturalismo, embora também possa proceder de um fundacionismo, acaba sendo mais resiliente nesses casos.

O décimo artigo, intitulado “Proletarização cognitiva: uma categoria filosófica para o diagnóstico do trabalho informacionalmente mediado”, foi escrito por Ricardo Cappra, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e professor de Ciência de Dados em cursos de pós-graduação e MBA da PUCRS e da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em conjunto com Celso Candido de Azambuja, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Neste texto, os autores propõem o conceito de *proletarização cognitiva* como categoria facilitadora da análise de processos alienantes em contextos nos quais a interpretação e avaliação é delegada a sistemas técnicos de inteligência artificial. Argumenta-se, a partir desse conceito, que a autoria epistêmica e a responsabilidade moral das ações mediadas por sistemas algorítmicos, pode tornar-se opaca, na medida em que esses processos mediados dificultam a atribuição do agente e, em consequência, o reconhecimento da ação do agente humano sobre sua própria execução epistêmica.

A seguir, contamos com o artigo “Cosmologia platônica: a fabricação dos seres imortais no *Timeu*”, de Tiago José Quadros Pereira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMG. Nele, o autor analisa a cosmologia platônica no diálogo *Timeu*, dando ênfase para a descrição da formação do *cosmos* e dos seres imortais como estando dispostos num conjunto de relações da ordem inteligível, a necessidade e a razão do Demiurgo. Com a análise pormenorizada dos conceitos apresentados no diálogo, permite a visão de Platão como contendo um conjunto complexo de relações entre princípios ideais, de proporção, medida e racionalidade, como parte de uma noção da realidade enquanto interação entre inteligência e necessidade, própria especificamente da condição humana, que participa da racionalidade divina, mas está submetida também aos aspectos efêmeros, sensíveis, dessa realidade.

Para encerrar a edição, terminamos com a apresentação do artigo “Da garantia epistêmica à fundamentação ontológica: uma releitura tomásica da Epistemologia Reformada de Plantinga”, de Wellington Caetano de Oliveira, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Lúcio Souza Lobo, doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e

Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nos apresentamos nesse texto a noção de epistemologia do aval (*warrant*) de Alvin Plantinga - esta que oferece uma crítica robusta ao evidencialismo e fundamenta a crença teísta na operação adequada de faculdades cognitivas orientadas por um *design plan* divino, porém carece de normatividade epistêmica - em conjunto com uma aproximação com a metafísica de Tomás de Aquino. Em resumo, o argumento centra-se na ideia de que os conceitos de *operatio sequitur esse, ens* e *verum* de Tomás de Aquino sustentam metafisicamente a inteligibilidade da noção de *warrant*. Embora as proposições evolucionistas das críticas Fales e Kitcher à Plantinga possam permitir pensar a historicidade com a qual o desenvolvimento das faculdades cognitivas ocorrem no escopo do conhecimento, elas não necessariamente explicam por que tais condições são aptas ao conhecimento da verdade. Conclui-se que essa convergência permite explicar a confiabilidade cognitiva como consequência de uma ontologia em que intelecto e realidade estão formalmente proporcionados. Relaciona, dessa forma, a verdade como finalidade do intelecto, na medida em que a mente, na proposta dos autores, é produto da própria estrutura do ser.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura.